

F COLÉGIO DOS NOBRES

Código de referência: PT/MCUL/CN

Entidade detentora: Museu de Ciência da Universidade de Lisboa

Título: Colégio dos Nobres

Datas: 1761-1837

Nível de descrição: Fundo

Dimensão e suporte: 2 liv. 1 cx. papel.

Produtor: Colégio dos Nobres

História administrativa / biográfica: O Colégio Real dos Nobres da Corte e Cidade de Lisboa, geralmente designado por Colégio dos Nobres, recebeu os Estatutos por Carta de lei de 7 de Março de 1761, nos quais se encontra definida a sua composição: reitor, vice-reitor, prefeito dos estudos, vários vice-prefeitos e cem porcionistas. O referido diploma de 1761 atribuiu-lhe as instalações do extinto Noviciado da Cotovia em Lisboa, com os instrumentos científicos, livraria, mobiliário, obras de arte, livraria e os restantes bens fiduciários.

A Carta de doação de 12 de Outubro de 1765 permitiu dotar o colégio de bens necessários para o início efetivo da sua atividade a 19 de Março de 1766. O património herdado e corrente ficou a ser gerido pela Junta da Administração das Rendas e da Economia do colégio, constituída pelo Reitor (presidente perpétuo), Reitor dos estudos, dois professores e três colegiais mais antigos.

A admissão ao colégio estava circunscrita a moços fidalgos, com idade compreendida entre os 7 e 13 anos, que teriam de pagar uma pensão anual. O ensino conferia habilitações a jovens fidalgos portugueses para ingressar no ensino universitário. Segundo os Estatutos, o colégio ministrava as disciplinas Latim, Grego, Retórica, Poética, Lógica, História, Francês, Italiano, Inglês, Matemática, Arquitetura militar e civil, Desenho, Física, Arte de cavalaria,

Esgrema e Dança.

Neste colégio foi instalado um Gabinete de Física Experimental, com o auxílio do professor de Física Antonio dalla Bella, oriundo da Universidade de Pádua. O Colégio dos Nobres contrata professores de Matemática em Itália, com destaque para Miguel Franzini. Por Alvará de 27 de Setembro de 1765 foi concedida Carta de Conselho aos reitores do Colégio dos Nobres. A administração e direção do colégio passaram sucessivamente para a alçada da Real Mesa Censória¹, da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros² e do Ministério do Reino³.

O ensino científico, no colégio, foi abolido em 1772, por Carta de lei de 10 de Novembro, sendo o Gabinete de Física Experimental de que dispunha, bem como o respectivo Professor, transferidos para a Universidade de Coimbra.

Os ordenados dos professores passam a ser pagos pelo subsídio literário, conforme estipulado no Decreto de 16 de Junho de 1792. Este diploma previa também que as aulas fossem frequentadas por alunos externos, mas somente com a publicação do diploma de 3 de Setembro de 1792, que obriga a Academia de Marinha a vagar parte das instalações do colégio, e da Portaria de 2 de Maio de 1834, as aulas são tornadas públicas.

Em 1823, foi levantada no Congresso Nacional a questão da inconstitucionalidade de uma instituição que ministra um ensino direcionado para uma determinada classe social, com um orçamento que prevê o pagamento de mestres particulares com dinheiros públicos. Os professores e mestres só passaram a ser pagos exclusivamente com rendimentos do colégio em 1834⁴.

Durante o período de guerra civil (1828-1834), o Colégio dos Nobres terá cessado as atividades de ensino, tendo reaberto por Portaria de 6 de Agosto de 1833. Quando da reabertura do colégio alguns funcionários foram demitidos por Decreto de 2 de Setembro de 1833 por não seguirem a causa liberal.

Por Portaria de 28 de Setembro de 1836 do Ministério do Reino foi definida a comissão encarregue da proposta de um plano de reformas científica e económica do Colégio dos Nobres. Porém, foi extinto por Decreto de 4 de Janeiro de 1837, destinando-se o seu edifício às atividades de outras escolas, nomeadamente da Escola Politécnica de Lisboa e da Escola do Exército, criadas respectivamente oito e nove dias depois. A EPL receberia, inclusivamente, equipamentos e bens fiduciários geridos pelo Colégio dos Nobres.

História custodial e arquivística: Após a extinção do Colégio dos Nobres em 1837, uma parte da sua documentação foi enviada para o Ministério do Reino e outra permaneceu sob custódia da EPL criada no mesmo ano, no antigo edifício do colégio, visto fazerem prova de rendimentos dessa nova instituição. Em 1911 a FCUL passou a gerir a documentação herdada. Nas décadas de 1980 e 1990 a faculdade transferiu os seus departamentos para as novas instalações do Campo Grande.

Em Fevereiro de 1997 foi transferido da Reitoria da Universidade de Lisboa⁵ para

1. Alvará de 4 de Junho de 1771.

2. Lei de 21 de Junho de 1787.

3. Lei de 21 de Junho de 1787

4. Portaria de 23 de Janeiro

5. Lavrado por Decreto-Lei 146/85, de 8 de Março

o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa⁵, um maço composto por documentação “de interesse histórico relativos à correspondência Liv.º 1 e Cotovia - Rua do Moinho de Vento”. O “Auto de transferência” evitou a dispersão dos fundos, já que o Museu ocupa parte das antigas instalações da faculdade, onde o organismo funcionou até finais da década de 1980.

Por fim, a 12 de Dezembro de 1997 foi celebrado o “Acordo de depósito” entre a Faculdade de Ciências e o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.

Fonte imediata de aquisição ou transferência: Documentação depositada pela FCUL no MCUL por acordo celebrado em 1997.

Âmbito e conteúdo: Documentação sobre a gestão financeira e patrimonial, designadamente, relação das propriedades e outros rendimentos do Colégio dos Nobres, cópia de diplomas legais relativos a propriedades de que é exemplo o Alvará de D. José a expropriar os bens da Companhia de Jesus em 1761. Correspondência relativa à transferência dos funcionários do Colégio dos Nobres, da Academia da Marinha para as escolas Politécnica e do Exército e documentação relativa a bens fiduciários.

Sistema de organização: Não se encontra um sistema de organização em quase todo o fundo por falta de conteúdos.

Condições de acesso: Comunicável sem restrições legais.

Idioma/escrita: Português

Unidades de descrição relacionadas:

Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colégio dos Nobres.

Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho da Fazenda.

Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Desembargo do Paço.

Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Erário Régio.

Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino.

Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino-Reforma de Estudos, liv. 4 e 417.

Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino-Registo de correspondência expedida para o Colégio dos Nobres.

Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Mesa Censória.

Portugal, Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, Noviciado da Cotovia (F), Administração Patrimonial (Sc), Foros (sr).

Portugal, Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, Escola Politécnica de Lisboa (F), Junta Administrativa (Sc), Orçamento e Contabilidade (subsecção), Registo de receitas e despesas (sr).

Portugal, Serviço de Documentação da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Nota do arquivista: Fundo existente no Arquivo Nacional Torre do Tombo e que é completado por estes documentos, independentemente de terem sido geridos pela EPL, aqui criado de modo a ser tornado perceptível ao utilizador e a valorizar o fundo.

Quando da organização e descrição, optou-se por criar a secção que relaciona a documentação com o seu órgão produtor, para uma melhor compreensão da provável organização original da documentação.

Notas: A descrição do fundo contou com a consulta da descrição elaborada por Manuela Magalhães Ferrão⁶ para o fundo existente na Torre do Tombo.

Foram também consultadas as seguintes fontes bibliográficas, Ribeiro, José Silvestre. História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia. Lisboa: Academia Real das Ciências, 7.º vol., -XI. 1878. CARVALHO, Rómulo de, História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1761-1772), Coimbra, Atlântida, 1959.

CARVALHO, Rómulo de, História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra, desde a sua fundação (1772) até ao jubileu do Professor Italiano Giovanni Antonio Dalla Bella (1790), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978.

Data da descrição: 15 de Janeiro de 2011

Sc JUNTA DA ADMINISTRAÇÃO DAS RENDAS E DA ECONOMIA (PT/MCUL/CN/JA)

Âmbito e conteúdo: Os Estatutos do Colégio (Título XVII) definem que a administração financeira estava a cargo da junta, também designada nos documentos por Contadoria. Era composta por sete membros nomeados anualmente, reunindo-se em Conselho todas as semanas. No final de cada mês era feito o balanço geral do cofre assim como na véspera da eleição de novos membros ou no fim do ano, informando nesse momento o rei.

Esta secção é constituída por documentos relativos a receitas e despesas do colégio, bens fiduciários e cópia de diplomas legais sobre propriedades.

Datas: 1761-1837

Dimensões e suporte: 2 liv. 1 cx. papel.

sr Títulos da Fundação do Real Colégio dos Nobres (PT/MCUL/CN/JA/01)

Âmbito e conteúdo: Copiador de documentação relativa a propriedades e rendimentos do colégio, desde a sua fundação (1761) até 12 de Outubro de 1765 (data aproximada à da doação de bens por D. José). Contém cópia de cartas régias (de doação, de posse), de propostas, de pareceres, de alvarás, de decretos, de certidões, de relações de foreiros. Contém também um alvará impresso de D. José a expropriar os bens da Companhia de Jesus em 1761 a favor do colégio.

Datas: 1761-1765

Dimensões e suporte: 1 liv. papel.

Notas: Na lombada, Títulos da Fundação do Real Colégio dos Nobres. O livro inicia com um índice dos documentos. A data extrema final, de 12 de Outubro de 1765 aproxima-se à data de doação de bens por D. José (dia 13).

6. PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. Direção de Serviços de Arquivística - “Colégio dos Nobres”. in Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Central (2). Coord. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha; António Frazão; elab. Manuela Magalhães Ferrão; fot. José António Silva. Lisboa: IAN/TT, 1999. vol. 3.

sr Registo de receitas e despesas (PT/MCUL/CN/JA/02)

Âmbito e conteúdo: Receitas e despesas do colégio, de Janeiro de 1836 até à sua extinção. O livro contém dados divididos por receita e despesa, diários, que remetem para documentos de processos de contas mensais.

Datas: 1836-1837

Dimensão e suporte: 1 liv. papel.

Sistema de organização: Foi encontrada uma organização na documentação e uma ordenação cronológica.

Notas: Os registos continuam a ser executados pela Junta Administrativa da Escola Politécnica de Lisboa na mesma unidade de instalação.

sr Foros (PT/MCUL/CN/JA/03)

Âmbito e Conteúdo: Documentação relativa a foros administrados pelo Colégio dos Nobres, nomeadamente instrumentos de aforamento em vários locais, padrões de juro e certidões. Inclui relação das alfaias da capela interior do colégio.

Dimensão e suporte: 1 cx. papel.

Datas: 1767-1797

Notas: A série continua na Escola Politécnica de Lisboa.

